Discurso Solenidade de Posse do Presidente do Superior Tribunal Militar, Joseli Parente Camelo

16 de março de 2023

Senhoras e Senhores,

Registro, inicialmente, a incomensurável satisfação de poder participar de mais um momento ímpar de celebração no âmbito desta Corte Superior de Justiça - decana das demais Cortes do País.

Em primeiro lugar, cabe enaltecer a profícua gestão do Ministro Gen Ex Lúcio Goes e do Ministro Dr Péricles Aurélio Queiroz, que com muita sabedoria souberam conduzir todas as questões enfrentadas no período, solucionando-as com agilidade, temperança e presteza. Cumprimento-os, pois, pela sóbria administração realizada.

Aos novos dirigentes desta excelsa Corte, rendo, em nome do MPM, nossas candentes homenagens, antevendo que - com suas fulgurantes trajetórias funcionais -, amealhadas ao longo de ricas vivências e efetivas entregas, saberão conduzir os destinos de toda a JMU com grande esmero e senso de direção, mantendo-a sempre dentro de sua vocação secular de distribuir a justiça com serenidade e correção.

Aliás, em breve retrospecto, vale consignar que - mesmo em tempos complexos e turvos de nossa história -, não se pode ignorar que a JMU procurou agir pautada pelo equilíbrio e respeito à Ordem Jurídica vigente e a toda a base principiológica que a inspira.

Assim é que, na esteira dos tempos, tem superado desconfianças e preconceitos, internos e internacionais, permanecendo sempre de pé, guiada pelos bons princípios e valores republicanos, fato que lhe tem granjeado respeitabilidade na constelação das Justiças Militares pelo Mundo, inclusive atendendo, em linhas gerais, às recomendações das Organizações das Nações Unidas (ONU).

Tanto assim que, em fases agudas de nossa afirmação político-histórica, brindou o mundo jurídico com marcante e pioneira atuação em favor da sedimentação das liberdades e garantias individuais, ao conceder liminar em autos de habeas corpus a presos políticos, em precedente modelar, que passou a ser adotado pelo próprio STF e outras Altas Cortes brasileiras.

Grandes juristas, causídicos e paladinos das liberdades, como <u>Heleno Fragoso</u>, <u>Sobral Pinto</u> e <u>Técio Lins</u>, dentre outros vultos da Advocacia nacional, destacaram a firmeza desta Justiça, reconhecendo a sobriedade de seus componentes nesses períodos inquietantes de nossa trajetória republicana.

Isso justifica a longevidade dessa Jurisdição especializada, que atua para corrigir eventuais distorções no âmbito das FFAA, concorrendo para a preservação de suas vigas mestras constituídas pela hierarquia e disciplina, fazendo com que seus quadros se mantenham fiéis, coesos e alinhados para a salvaguarda de nossa soberania e a inafastável defesa das Instituições democráticas. Não fossem esses os seus compromissos magnos e não se manteria intangível até os nossos dias!

Por isso mesmo a JMU, dentro de sua composição híbrida, com civis e profissionais militares, jamais se distanciou dos lídimos propósitos de contribuir para a evolução e estabilidade de nosso país. Pode ser melhorada, como todas as Instituições compostas por seres humanos, sujeitando-se ao constante aprimoramento e controle existentes, seja do CNJ e/ou da própria sociedade como

um todo. Já evoluiu muito e há de prosseguir se construindo permanentemente e ajudando cada vez mais o nosso Brasil, não podendo ser olvidada, para tanto, como um possível integrante do CNJ.

Discreta, como deve ser, não é menos importante como ator do nosso sistema de justiça. Pode até ser considerada peculiar, como diriam muitos, pois o lado inventivo e vanguardista de nossos constituintes originários a moldaram como uma instância especializada, projetada na Carta vigente para - direta e singularmente, ser o Juízo Natural e apto a solucionar os conflitos próprios da caserna, que possam de qualquer modo comprometer a higidez moral e operacional de nossas imprescindíveis e insubstituíveis instituições militares.

A propósito, a presença, neste ato solene, de autoridades de expressão dos Três Poderes e de outras relevantes Instituições, já indica que, para além do prestígio pessoal dos ora empossados, há também o inequívoco respeito à história desse multissecular braço da Justiça brasileira.

Por isso, ao saudar os novos presidente e vice-presidente desta bicentenária Casa de Justiça, o Ministério Público Militar expressa votos de confiança de que prosseguirão demonstrando ao país e ao mundo, que a JMU integra com muita dignidade e altivez o nosso Poder Judiciário pátrio, sendo um de seus órgãos especializados, portanto não se assemelhando a qualquer corte marcial existente em outros países e jamais se constituindo em justiça de exceção, como alguns em claro propósito de apequenar sua importância, procuram disseminar irresponsável e desrespeitosamente.

Auguramos, portanto, bons êxitos a ambos os novos gestores da Corte, certos de que sempre poderão contar com o apoio do Parquet das Armas em todos os embates e processos evolutivos que forjam, diuturnamente, os seus elevados e inadiáveis objetivos de bem realizar e promover justiça, erigindo-se como mais um vigoroso pilar de nosso Estado Democrático de Direito.

Que possam, como novos e bons timoneiros da JMU, seguir atentos ao escólio do poeta amapaense Manoel Bispo Corrêa, em cujos versos do poema Identidade se estadeia:

Sou do tamanho do instante Movido a ventos, revés e ousadias Viajo nos interlúdios de um ritual Próprio de quem se investiga pacientemente No afã de aclarar-se na manhã.

Que a Justiça sempre impere nesta Casa, sob as bençãos do Grande Arquiteto do Universo!

Muitíssimo grato!

Antônio Pereira Duarte Procurador-Geral de Justiça Militar